

Fonte: 10 Norte

Data: 04/03/90

Índios não foram recebidos e passam fome em Brasília

A candidata do Partido Verde à sucessão do governador Tarcísio Burity, a ecologista Ana América Paz, informou, ontem, do Rio de Janeiro, onde se encontra em contato com membros da executiva nacional do partido, que a situação dos índios Potiguaras é de calamidade. Os quatro representantes viajaram à Brasília no último dia 20 com o objetivo de conseguirem a última das cinco assinaturas da Portaria Interministerial, que concede a demarcação dos 4.500 hectares de terras localizadas na Aldeia de Jacaré de São Domingos, no município de Rio Tinto.

Segundo Ana América, "os índios ainda não foram recebidos em audiência pelo ministro do Interior, João Alves, nem tão pouco foram alojados pela FUNAI. Eles se encontram na CONTAG, chegando inclusive a passar fome, num total desrespeito a uma comunidade produtiva".

De acordo com a líder verde, se faz necessária a assinatura imediata da Portaria, antes da mudança de governo, "pois é possível que toda a justa luta dos índios e da sociedade que a apoiou, tenha que recomeçar com a mudança da política governamental, com a posse de Fernando Collor de Mello".

Paz, candidata da possível aliança PV, PU e PH, ainda esclareceu que contactou com o Congresso Nacional, tendo inclusive visitado, entre outros, os gabinetes dos deputados Fábio Feldman, Raquel Capibaribe e dos paraibanos Lúcia Braga e Antônio Mariz, aos quais solicitou a colaboração na luta dos Potiguaras. Entre as entidades ecológicas, visitadas, destacou-se o GRUMIN (Grupo Mulher-Educação Indígena), coordenado por Eliane Potiguara e ANAI (Associação Nacional do Índio), além do Partido Verde.

A ecologista Ana América Paz deverá reunir-se hoje no Rio de Janeiro com o ex-presidente nacional do Partido Verde, Alfredo Sirkis e o atual presidente da Nacional, recém-eleito, o escritor Fernando Gabeira, para discutir a situação política interna do partido no Estado.

O regresso da líder verde, está previsto para o início desta semana.

HISTÓRIA

A luta dos índios Potiguaras em defesa de suas terras, tem início desde o século XVI quando, na Baía da Traição (antiga Praia de Acajutibiró), resistiram por 25 anos aos portugueses. A rendição somente se deu em 1599, com introdução de arma bacteriológica

e a variola dizimou os centenas de nativos.

Aqueles que se encontram, hoje, em Brasília, chefiados pelo cacique Domingos Barbosa dos Santos, são os herdeiros da saga potiguar. Na capital brasileira eles tentam a demarcação de quatro mil e 500 hectares de terras, invadidas por proprietários de terra e usucineiros, tudo quanto resta às 65 famílias potiguares sobreviventes do holocausto praticado contra eles, ao longo desses 500 anos de nossa História. Quando os portugueses aqui chegaram calcula-se em 100 mil o número de potiguares.

A demarcação agora pretendida - faltando apenas a assinatura do ministro do Interior, João Alves - é resultado da invasão ilegal de suas terras pela Usina Miriri, parte do grupo Agro-Pastoral Rio Vermelho, a partir de 1985. De lá para cá, segundo denúncias dos índios e de grupos de defesa ecológica, foram destruídas matas e lavouras nas áreas indígenas, para o plantio da cana de açúcar.

Durante esse tempo, os índios ocuparam por três vezes a sede da Funai na Paraíba, localizada em João Pessoa, considerando que o órgão era conivente com os invasores. Na segunda ocupação, em maio de 1988, os potiguares conseguiram a identificação e delimitação da área, que foi enviada à Brasília para apreciação do Grupo Interministerial, chamado Grupo, composto pelo Ministério da Reforma Agrária-Mirad, pelo Ministério do Interior-Minter, por representante do Conselho de Segurança Nacional-CSN, pela Fundação Nacional do Índio-Funai, pelo Instituto de Terras (substituto do Incra) e por um representante do estado e a Fundação de Desenvolvimento Agrário da Paraíba-Fundap.

A terceira ocupação ocorreu em outubro de 1988 e durou cerca de três meses. Novamente eles culpavam a Funai pela demora na solução do problema. Em dezembro, com a intermediação do arcebispo Dom José Maria Pires, conseguiram um encontro com o governador Tarcísio Burity, quando o Governo Estadual assumiu a defesa dos índios e passou a negociar diretamente com os órgãos federais em Brasília.

Em fevereiro de 1989, após reunião da qual participaram o Grupo, um representante da Paraíba e o líder ecologista, Jaêmio Carneiro, foi baixada a Portaria 162, da Funai, que demarca e interdita, aos indígenas, a área de terra denominada de Jacaré de São Domingos, dando garantia de vida e segurança aos índios. Esta Portaria é que se encontra ainda sem a assinatura do ministro do Interior.